

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3975/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3683/2018-PGJ, de 1º.11.2018, que designou membros para comporem Comissão Sindicante, objeto dos autos de Reclamação nº 10.2018.00000041-4, de forma que, onde consta: “a Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo”; passe a constar: “o Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa”.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3981/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche para participar de evento para a apresentação e discussão de projeto de lei com vistas à implementação na Rede Estadual de Ensino do Ceará de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar, que será realizado no dia 28.11.2018, em Fortaleza/CE.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3973/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Incluir na Portaria nº 3942/2018-PGJ, de 21.11.2018, que convocou membros e autorizou os servidores para participarem do Seminário de “Segurança Institucional”, os membros e a servidora abaixo indicados e torná-la sem efeito na parte que convocou a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja:

**Membros:**

- Ariadne de Fátima Cantú da Silva
- Lia Paim Lima
- Lucienne Reis D’Avila

**Servidora:**

- Karla Nogueira Steil

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3976/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 2º Promotor de Justiça de Caarapó, Arthur Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, participar de reunião da Coordenadoria de Recursos Especializados Criminais, no dia 14.12.2018, às 9h, em Naviraí/MS.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3977/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Amambai, no julgamento do Processo nº 0000631-97.2015.8.12.0004, no dia 17.12.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3978/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D’Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, participar de reunião a ser realizada pela Associação Brasileira de Operações Especiais, nos dias 26 e 27.11.2018, na sede da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá, na Av. Getúlio Vargas, nº 750, 2º andar, Centro, em Cuiabá/MT.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3979/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 17.12.2016, a ser usufruído no dia 19.11.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3982/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva a participar do “2º Seminário Internacional Brasil-União Europeia: caminhos para a prevenção da violência doméstica contra a mulher”, no dia 5.12.2018, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília/DF.

HELTON FONSECA BERNADES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3986/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Luciano Furtado Loubet	2017/2018	30	1º.2 a 2.3.2019
Nara Mendes dos Santos Fernandes	2017/2018	30	14.11 a 13.12.2018

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3989/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Dourados, Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para participar da audiência de instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0003/2018, no dia 10.12.2018, às 14h.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3990/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 39ª Zona Eleitoral, no período de 19 a 23.11.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 26 a 28.11.2018, em razão férias do titular, Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3992/2018-PGJ, DE 27.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Angélica, no dia 27.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3993/2018-PGJ, DE 27.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências na 5ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande, conforme quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DIA
Julio Bilemjian Ribeiro	28.11.2018
Fernando Jorge Manvailer Esgaib	29 e 30.11.2018

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4010/2018-PGJ, DE 27.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar os Promotores de Justiça Elcio Felix D’Angelo, Humberto Lapa Ferri, Luciana do Amaral Rabelo, Marcos Martins de Brito e Paula da Silva Volpe para participarem do “Simpósio Nacional sobre Colaboração Premiada”, que será realizado nos dias 28 e 29.11.2018, em Brasília/DF.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3974/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3.955/2018, de 29.10.2018, da Prefeitura de Mundo Novo, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 26.11.2018, em razão das comemorações da Padroeira do Município (27.11.2018);

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos nº 066.113.0016/2018, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que autorizou o fechamento do fórum da comarca de Mundo Novo no dia 26.11.2018,

**R E S O L V E :**

Declarar ponto facultativo o dia 26.11.2018, segunda-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Mundo Novo, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

## PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

### PORTARIA Nº 3970/2018-PGJ, DE 23.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

#### RESOLVE:

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rafaela Rodrigues Francisco	2017/2018	16 a 25.7.2018	10 a 19.12.2018		11 a 20.10.2018

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Karla Nogueira Steil	2017/2018	2 a 21.12.2019			12 a 21.11.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rafaela Rodrigues Francisco	2017/2018	16 a 25.7.2018	14 a 23.10.2019		11 a 20.10.2018

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Karla Nogueira Steil	2017/2018	10 a 19.12.2018	7 a 16.1.2019		12 a 21.11.2018

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

### PORTARIA Nº 3983/2018-PGJ, DE 26.11.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

#### RESOLVE:

Conceder à servidora Nádia de Moura Mattos, ocupante do cargo efetivo de Analista/Administração, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 20.11 a 4.12.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 3984/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 14.11.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005889 DE 26.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4279/2018.**

Credor: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: **Helton Fonseca Bernardes**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 - **Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017.**

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de folder, tamanho A4 papel couchê fosco ou brilho de 150 g/m², impressão em policromia (4x4 cores), acabamento com até 2 (duas) dobras. Pedido mínimo: 1.000 (mil) unidades, (item 6).

Valor total: R\$ 572,00 (quinhentos e setenta e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005889 de 26.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/2529/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **TERCEIRA ONDA SERVIÇOS LTDA.**, representada por **Edir Jaques Rodrigues**.

Licitação: Inexigida.

Amparo legal: artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de suporte técnico, upgrade de versão e atualização de preços para o *software* de orçamentação *Volare*, por 12 (doze) meses, para atender o Departamento de Engenharia do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 13.402,98 (treze mil, quatrocentos e dois reais e noventa e oito centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000146 de 30.10.2018.

Vigência: 05.11.2018 a 05.11.2019.

Data de assinatura: 5 de novembro de 2018.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 76/PGJ/2017**

Processo PGJ/10/3313/2014

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2 – **MULTPLIK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, representada neste ato por **Wilson Souza Fontoura**;

Procedimento Licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo Legal: Artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 8.666/1993, e artigo 18, da Lei Federal nº 8.245/1992.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel situado na Rua São Vicente de Paula esquina com a Rua Luiz Freire Benchetrit, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS, em R\$ 8.039,67 (oito mil, trinta e nove reais e sessenta e sete centavos), com efeitos a partir de 28.09.2018, em razão da aplicação da variação do IGPM (Índice Geral dos Preços de Mercado), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), consoante teor do item 6.5., da Cláusula Sexta, de modo que o valor mensal do aluguel do imóvel deste Contrato passa a ser de R\$ 88.039,67 (oitenta e oito mil, trinta e nove reais e sessenta e sete centavos) e alteração do índice de reajuste constante no item 6.5., da Cláusula Sexta, para que os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo.

Valor anual total: R\$ 1.056.476,04.

Vigência/produção de efeitos: 28.09.2018 até 28.09.2022.

Data de assinatura: 22 de novembro de 2018.

**REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005776, PUBLICADO NO DOMP Nº 1.864 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018 (PÁGINA 34).**

Extrato da **Nota de Empenho 2018NE005776 de 21.11.2018** do Processo PGJ/10/4207/2018.

Credor: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 - **Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017**.

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de envelope com cartão: ambos confeccionado em papel linho branco, gramatura 230. Envelope com clichê em alto relevo medindo 22,8 x 15,7 cm (c x l), com corte faca, aba diagonal. Cartão medindo aproximadamente 22,5 x 15,5 cm (c x l) e com relevo seco nas bordas. Ensacados e lacrados individualmente com plástico transparente. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades, (item 33).

Valor total: R\$ 1.073,00 (mil, setenta e três reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005776 de 21.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005753, PUBLICADO NO DOMP Nº 1.864 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018 (PÁGINA 36).**

Extrato da **Nota de Empenho 2018NE005753 de 20.11.2018** do Processo PGJ/10/4208/2018.

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 - **Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017**.

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de panfletos, tamanho A5, papel offset de 90g/m², impressão em policromia (4x0 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades, (item 7).

Valor total: R\$ 80,00 (oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005753 de 20.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 28/2018.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2018.00000733-0.

Requerente: Wilson Ferreira dos Santos.

Requerido: A Apurar.

Objeto: Com objetivo de apurar possível uso irregular de agrotóxicos na Fazenda Farroupilha, localizada nesta capital, o que estaria causando danos à saúde dos moradores do Assentamento Estrela Jaraguari, localizado na cidade de Jaraguari.

Campo Grande, 26 de novembro de 2.018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 29/2018.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2018.00003183-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Campo Grande – MS; Estado de Mato Grosso do Sul e Associação dos Descendentes da Tia Eva.

Objeto: Apurar a ocorrência de danos à Igreja São Benedito, localizada na Rua Dom Cirilo, s/n, Bairro Jardim Seminário, Campo Grande/MS, patrimônio histórico e cultural tombado por dois entes federativos, quais sejam, Estado e Município, em razão dos vários danos estruturais que comprometem a estabilidade e a preservação da construção, bem como por estar com risco de desabamento, devido ao apodrecimento do forro de madeira e por não possuir instalações elétricas adequadas, ensejando risco de incêndio.

Campo Grande, 26 de novembro de 2.018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**IVINHEMA**

---

**INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00003169-5****Termo de Ajustamento de Conduta**

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, alterado pelo art. 113 da Lei n. 8.078/90, as partes abaixo qualificadas o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

**TÍTULO I - DAS PARTES:**

**COMPROMITENTE:** O Ministério Público Estadual, neste ato representado pelo Exma. Sra. Promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Ivinhema/MS, Dra. Juliana Martins Zaupa.

**COMPROMISSÁRIOS:** O Sr. Ronivon Flávio Rodrigues, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da cédula de identidade n. 446.337-SSP/MS, inscrito no CPF sob o n. 445.652.081-72, residente e domiciliado na Rua Serra do Roncador, n. 307, Jardim Bandeirantes, Londrina, Estado do Paraná.

**TÍTULO II - DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL E DO OBJETO:**

O Compromissário é responsável por uma lavoura de mandioca situada no Lote 654, Linha Água da Onça, coordenadas 22k01982238-7494362, de propriedade de Sérgio Mazzei, IE nº 28.789.733-8, com aproximadamente 28 hectares, considerada, portanto, pequena propriedade rural. Nesta oportunidade reconhece a ocorrência de derrubada de 15 exemplares de árvores de espécie nativas, situadas na propriedade acima informada, conforme Auto de Infração Ambiental nº 21050, lavrado aos 15/10/2028.

**TÍTULO III - DA FUNDAMENTAÇÃO:**

O presente Termo tem como fundamento o previsto na Lei 12.651/2012, em seus arts. 12 e 15, §1º, arts. 5º e 17, §1º Lei 11.428/2006, assim como art. 5º, §6º da Lei 7.347/85 e no art. 79-A da Lei 9.605/98 e em seu regulamento, o Decreto 6.514/2008.

**TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O compromissário se obriga a requerer junto a Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL ou a outro órgão que venha a substituí-lo nesta competência, no prazo máximo de 03 (três) meses a contar da assinatura deste TAC, a inscrição do imóvel referido no Título II no CAR – Cadastro Ambiental Rural.

**Parágrafo primeiro:** O compromissário deverá, no prazo previsto no *caput*, juntar a este procedimento uma segunda via de todos os documentos, mapas e CDs com os arquivos digitais que tenham sido encaminhados ao IMASUL para servir de base para inscrição no CAR – Cadastro Ambiental Rural.

**Parágrafo segundo:** Caso haja pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento, declaração de inativo ou cancelamento do pedido feito pelo compromissário nos termos do *caput* desta cláusula, o compromissário se compromete a, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da intimação da decisão pelo órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste TAC.

**Parágrafo terceiro:** A comprovação da inscrição da Reserva Legal no CAR – Cadastro Ambiental Rural será fiscalizada pelo órgão ambiental competente, o qual receberá ofício desta Promotoria de Justiça solicitando que informe a hipótese de pendências, bem como de cancelamento do CAR – Cadastro Ambiental Rural, caso em que incidirá o parágrafo terceiro desta cláusula.

**Parágrafo quarto:** Na elaboração do CAR – Cadastro Ambiental Rural os compromissários deverão seguir os estritos termos da Lei Federal n. 12.651/2012, com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória Constitucionalidade (ADC) 42 e nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O compromissário apresentará um PRADA - Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente, no prazo de 03 meses, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 30 dias, sob pena da multa prevista neste TAC. O PRADA deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação ao seu estado

anterior (in natura) da área desmatada, Laudo de Constatação n.º 06375. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo de 60 (sessenta) dias e encerrado no prazo máximo de 6 (seis) meses, sendo que o mesmo passará a fazer parte do TAC e seu descumprimento implicará nas sanções previstas neste instrumento.

Parágrafo primeiro: o compromissário se compromete a não realizar o uso produtivo da área utilizada com a finalidade de recuperação ambiental, promovendo, no prazo máximo de 03 meses, a contar da assinatura deste TAC o isolamento da área das áreas objeto do auto de infração, mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando – em descanso para regeneração natural;

Parágrafo segundo: No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da reserva legal, da área de preservação permanente, áreas de uso restrito e da área desmatada em recuperação, após o prazo para cercamento configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento.

Parágrafo terceiro: O compromissário compromete-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando a recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas.

Parágrafo quarto: A comprovação do cercamento da área objeto do auto de Infração, será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhado da respectiva ART ([Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS](#)), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo

Parágrafo quinto: A fiscalização do cumprimento do PRADA e da recuperação das áreas, será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do TAC. Esta previsão não impede que o Ministério Público requirite de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Ajustamento de Conduta.

Parágrafo sexto: As atividades previstas no PRADA, no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste TAC, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O compromissário se compromete a: I) não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento; II) não vender, expor à venda, ter em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente; III) manter todas as suas atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras devidamente licenciadas;

**CLÁUSULA QUARTA:** O compromissário se compromete a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental, mediante licenciamento ambiental pleno (onde haverá a justificação da retirada, a análise dos motivos de natureza pública para tal e o estudo da compensação ambiental devida), bem como das árvores da espécie aroeira do sertão, baraúna ou quebracho e gonçalo alves, não se podendo valer da simples comunicação de cortes de árvores isoladas, atividade esta que não abrange corte de árvores protegidas por lei, conforme já reconhecido na Resolução SEMAC n. 003/2014. Compromete-se também a não efetuar nem permitir a retirada de vegetação nativa que gere material lenhoso ou necessite de qualquer tipo de auxílio de máquinas, sem que tenha a prévia licença ambiental, não podendo utilizar-se da declaração de limpeza de pastagem para tanto.

#### **TÍTULO IV - DA INDENIZAÇÃO AMBIENTAL:**

**CLÁUSULA QUINTA:** A título de indenização ambiental, vez que constatada a supressão vegetal sem a devida licença, o compromissário, levando-se em consideração tratar-se de pequeno produtor rural, em regime de agricultura familiar se compromete a doar a 150 mudas de árvores de espécies nativas, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Novo Horizonte do Sul, para utilizar em projetos ambientais e de paisagismo urbano, comprometendo-se, inclusive com o plantio e cuidados por 6 (seis) meses, devendo procurar a referida secretaria, comprovando-se nos autos no prazo de 03 meses a referida procura.

Parágrafo primeiro: a comprovação do plantio das mudas e os cuidados necessários ficarão sob a responsabilidade do compromissário, não impedindo que o Município seja acionado para comprovar a referida obrigação, devendo, ao fim do prazo, comprovar nos autos.

#### TÍTULO V - DAS SANÇÕES:

CLÁUSULA SEXTA: O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independentemente de notificação, no pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFERMS, a ser recolhida em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Novo Horizonte do Sul ou à entidade indicada por esta Promotoria de Justiça que atenda aos requisitos da resolução que regulamenta a questão no âmbito do Ministério Público.

Parágrafo primeiro: A aplicação das penalidades previstas no *caput* se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, tratando-se de multa sancionatória, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável, incidindo-se por dia de atraso, neste caso, multa cominatória diária de 10(dez) UFERMS até o cumprimento da obrigação assumida.

Parágrafo segundo: O não pagamento da multa sancionatória prevista na cláusula anterior, na data fixada, implica em sua execução pelo Ministério Público, incidindo-se a partir daquela data o índice de correção monetária IGPM, e juros de mora de 1% ao mês.

#### TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS:

CLÁUSULA SÉTIMA: A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

Parágrafo único: A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

CLÁUSULA OITAVA: O compromitente poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA NONA: O compromissário obriga-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem.

CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis;

Parágrafo único: Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o compromitente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o compromissário se obriga a dar ciência a outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento. Se os compromissários transferirem a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerão como responsáveis solidários com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se o compromissário transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerão responsáveis solidários com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

Parágrafo primeiro: O adquirente do imóvel descrito no título I deste TAC, total ou parcialmente, sub-roga-se nas obrigações assumidas, devendo cumpri-lo em sua integralidade.

Parágrafo segundo: O compromissário deverá, no prazo de 03 (três) meses informar a assinatura do presente acordo ao órgão ambiental junto ao Cadastro Ambiental Rural a ser inscrito, sendo que, de qualquer forma, autoriza desde já esta Promotoria de Justiça a solicitar via ofício tal providência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em caso de abertura da sucessão do proprietário ou possuidor da área, a qualquer título, as obrigações assumidas passarão aos seus herdeiros, sem exceção.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 585, inc. VII, do Código de Processo Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Este Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 03 (três) vias de igual teor, assinadas pela Promotora de Justiça e pelos compromissários. Uma das vias é recebida pelos compromissários neste ato, uma será juntada ao Procedimento e outra permanecerá em pasta arquivada na Promotoria de Justiça.

Ivinhema/MS, 12 de novembro de 2018.

JULIANA MARTINS ZAUPA  
Promotora de Justiça

Ronivon Flávio Rodrigues  
Compromissário

#### PARANAÍBA

##### **EDITAL Nº 27/2018/1ªPJ**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS torna pública a instauração de IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva n.º 215, Jardim Santa Mônica.

IC - Inquérito Civil n.º 06.2018.00003168-5

Requerente: Sérgio Martins de Souza Queiroz.

Requerido: Município de Paranaíba.

Assunto: Apurar eventual inadequação na prestação do serviço de educação no que diz respeito ao ensino público fundamental, em razão de suposta má gestão de recursos oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, no Município de Paranaíba/MS.

Paranaíba, 21 de novembro de 2018.

JULIANA NONATO  
Promotora de Justiça.

#### PONTA PORÃ

##### **EDITAL Nº 0178/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002945-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002945-7

Requerentes: Ministério Público Estadual e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente Ponta Porã

Requeridos: Petrobrás Distribuidora S/A e Combustíveis e Lubrificantes Pioneiro Ltda.

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais e à saúde pública decorrente do risco carcinogênico e tóxico advindo da exposição de metais pesados no lençol freático de empreendimento tipo posto de combustível desativado (Posto de Combustível Pioneiro)

Ponta Porã/MS, 26 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0182/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e urbanismo da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00003248-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003248-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e Cerro Alegre Participações e Empreendimentos Ltda

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental do loteamento Jardim Ibirapuera, localizado em Ponta Porã/MS.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 34/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 26 de novembro de 2018

**GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES**

Promotor de Justiça